



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

## DEMOCRATIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA LINGUAGEM: UM PERCURSO NECESSÁRIO AO CONHECIMENTO PODEROSO<sup>1</sup>

Luana Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>, Andréa Oraide Franco<sup>3</sup>, Vidica Bianchi<sup>4</sup>, Eva Teresinha de Oliveira Boff<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo evidenciar a importância da apropriação da linguagem formal numa perspectiva democrática, o que significa ensinar um movimento em que todos os alunos tenham acesso à norma padrão da Língua Portuguesa, bem como reconheçam os contextos de seu uso. Além disso, entende-se que somente torná-la acessível aos estudantes não garante sua legitimidade, portanto, o percurso da escrita assenta-se em defender a língua como indispensável ao exercício da cidadania. Para basilar tal afirmação parte-se, principalmente, dos escritos do teórico Michel Young em que defende o conhecimento como principal fundamento da escola e adjetiva o saber da escola como conhecimento poderoso, que é definido como aquele capaz de oferecer explicações confiáveis para interpretar o mundo. O caminho teórico é tecido num primeiro momento com a problematização do uso e ensino da Língua Portuguesa na escola, seguindo num percurso que define e conceitua a norma culta/formal do idioma, num movimento de pesquisa bibliográfica. Há também um olhar atento para a perspectiva curricular dessa competência, aludindo documentos como a Base Nacional Comum Curricular e a obra de Tomaz Tadeu da Silva referente às teorias do currículo. Busca-se associar a língua, como já mencionado, como aliada à formação do cidadão, como num esforço para demonstrar, que diante de tantas desigualdades, ao menos a língua poderia ser tida como um ponto comum e promotora de unificação social.

**Palavras-chave:** Língua formal. Conhecimento poderoso. Currículo.

### ABSTRACT

This study aims to highlight the importance of the appropriation of formal language from a democratic perspective, which means creating a movement in which all students have access to

<sup>1</sup> Artigo produzido na disciplina Alternativas Curriculares oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências - UNIJUÍ

<sup>2</sup> Professora da Educação Básica pública e doutoranda do programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências Educação nas Ciências, bolsita CAPES – luana.ulana@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora da Educação Básica e aluna eventual do programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências – portuguesandrea@gmail.com

<sup>4</sup> Professora do programa de pós-graduação em Educação nas Ciências - UNIJUÍ, responsável pela disciplina na qual foi produzido o artigo – vidica.bianchi@unijui.edu.br

<sup>5</sup> Professora do programa de pós-graduação em Educação nas Ciências - UNIJUÍ, responsável pela disciplina na qual foi produzido o artigo – evaboff@unijui.edu.br



the standard Portuguese language, and are able recognize the contexts of its use. In addition, it is understood that only making it accessible to students does not guarantee its legitimacy, therefore, the writing path is based on defending the language as indispensable to the exercise of citizenship. To base this statement we start, mainly, from the writings of the theorist Michel Young in which he defends knowledge as the main foundation of the school and distinguishes the knowledge of the school as powerful knowledge, which is defined as that [knowledge] capable of offering reliable explanations to interpret the world. The theoretical path is woven at first with the questioning of the use and teaching of the Portuguese language in school, following a path that defines and conceptualizes the cultured/formal norm of the language, in a through bibliographic research. There is also a close look at the curricular perspective of this competence, alluding to documents such as the National Common Curricular Base and the work of Tomaz Tadeu Da Silva regarding curriculum theories. We seek to associate the language, as already mentioned, as an ally to the formation of the citizen, as in an effort to demonstrate, that in the face of so many inequalities, at least language could be taken as a common point and promoter of social unification.

**Keywords:** Formal Language. Powerful Knowledge. Curriculum.

## INTRODUÇÃO

São muitos os caminhos, as afirmações e as perspectivas que poderiam ser apontados no início de uma escrita que visa valorizar a língua formal, uma valorização que não se dá em detrimento à variação coloquial, mas que se entende necessária tanto para a ascensão social quanto para a compreensão da complexidade do mundo. É fato que quase todas as pessoas – excetuando-se aquelas com alguma limitação – aprendem a falar, a se comunicar muito cedo, sem o intermédio da escola, comunicar-se é um recurso para a sobrevivência. No entanto, é sabido também que cada criança apresenta um nível de linguagem diferente ao chegar ao ensino formal, esses níveis são definidos e construídos a partir de vários aspectos, que vão desde o estímulo até o lugar social ocupado.

Nessa perspectiva, cabe uma reflexão que se apoia em definir qual seria o papel da escola ao deparar-se com as variedades linguísticas. Antes de dar a devida atenção a essa questão, cabe a ressalva de que o respeito e reconhecimento às diferentes formas de uso da língua oral também é prioridade do ensino escolar, uma vez que o modo de falar dos alunos diz respeito a sua individualidade, identidade e cultura. A premissa que nos permite afirmar que a escola é o lugar legítimo para o aprendizado, internalização e valorização da linguagem é anunciada por Michel Young (2011) quando assevera que as crianças não vão para a escola para aprenderem o que já sabem, mas sim para transcenderem suas experiências diárias e contextuais. Não há dúvida que o ponto de partida deve ser o aluno e o que ele traz como saber



externo à escola, entretanto, o currículo não deve estar restrito somente às vivências dos estudantes.

No que se refere ao percurso metodológico a pesquisa assume caráter qualitativo, uma vez que se ocupa em descrever conceitos e leva em consideração a experiência e inquietação das pesquisadoras. Nesse sentido, o estudo é marcado pela interpretação com enfoque indutivo a partir de um fenômeno social conforme Godoy (1995), nesse caso a observação de que a língua formal tem se configurado com instrumental no momento em que ocupa somente o espaço escolar para fins de avaliações e testes, não se fazendo presente fora dos muros da escola, de modo a construir cidadania.

Entendendo a escola como lugar privilegiado e legítimo do conhecimento, podemos assegurar que o ensino e apreço pela língua formal deva se dar integralmente nesse espaço. É essa modalidade da língua que vai permitir que a escola promova a geração de significados para simbolizar a realidade, também é ela, como prática social, que possibilitará ao estudante a interação social para a transformação da realidade. Em resumo, trata-se da língua como meio de inclusão social.

## **1. UM BREVE PERCUSO LINGUÍSTICO**

Muitos são os questionamentos quanto à forma mecânica em que a gramática é ensinada, o que fez com que muitos professores acabassem por repudiar o seu ensino, descartando uma parte importante do estudo da língua. Percebe-se, então, a necessidade de uma contextualização do seu uso, objetivando que a fala e a escrita sejam reconhecidas pelo usuário na sua funcionalidade e aplicação, considerando os interlocutores envolvidos, isto é, quem fala, quem escreve e para quem se escreve. Ao conseguir se apropriar das funções da linguagem, em todas as suas possibilidades, poderá, então, usá-la adequadamente, conforme as suas demandas, navegando pelas linguagens, formal e informal, quando necessário.

Busca-se na Análise Linguística, ciência surgida em meados dos anos 60, autores que apontem nos seus estudos a importância de mudanças no ensino da Língua Portuguesa. Irlandé Antunes (2009) indica caminhos que não desqualificam o que já temos, embora os modifique através de apontamentos que podem ser extremamente relevantes para o ensino-aprendizagem. Diz que: “O estudo da gramática deve ser estimulante, desafiador, instigante, de maneira que



se desfaça essa ideia errônea de que estudar língua é, inevitavelmente, uma tarefa desinteressante, penosa e, quase sempre, adversa.” (p.97). Para Antunes, a linguagem tem o poder de modificar um contexto, e que ao agir sobre ele o sujeito deixa de ser um mero objeto. Esse empoderamento amplia o leque de oportunidades dentro de determinado contexto social, e a escola, através de um ensino responsável, é fator preponderante para que isso seja possível.

Neste artigo optamos pelo uso dos termos linguagem formal (chamada também de culta ou padrão) e informal (chamada também de coloquial), sendo a primeira ligada a situações de fala e escrita em que não existe intimidade entre os interlocutores ou que esteja ligada a produção de documentos oficiais, concursos, discursos públicos, etc. Faz-se valer de um vasto vocabulário, domínio das regras gramaticais, clareza e coerência na sua aplicação. Por outro lado, a linguagem informal, mais usada na prática oral, é aplicada quando os interlocutores mantêm laços de maior intimidade, o que permite o uso de gírias, onomatopeias, situações culturais, sociais e dialetais além do atual uso em redes sociais e de entretenimento.

Considerando que para chegarmos a um aprendizado eficiente, não podemos descartar o ensino da linguagem formal, importa despertar a consciência do sujeito para a importância desse conhecimento, de maneira contextualizada, mostrando-lhe a relevância em se tornar alguém capacitado a falar e escrever na variedade da língua a que se propuser, o que ocorrerá conforme a sua competência comunicativa, adquirida a partir de suas vivências, em grande parte, escolares.

Para alcançar tal competência, os conteúdos gramaticais devem ser mantidos nas aulas de Língua Portuguesa, o que precisamos refletir é sobre o quê, para quê e como ensiná-la, de modo a fortalecer as características interacionais da linguagem, de produção e intenções de sentidos. Partindo desse viés, o ensino da Língua Portuguesa nas escolas deve contemplar não somente o ensino da fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, mas a importância desses conhecimentos para a produção da comunicação, oral e escrita, formal e informal. Na perspectiva de Travaglia (2017):

Alguém será um bom usuário da língua quando souber usar de modo adequado os recursos da língua para a construção/constituição de textos apropriados para atingir um objetivo comunicativo dentro de uma situação específica de interação



comunicativa, pois o que é adequado para o uso em uma situação pode não ser em outra situação (TRAVAGLIA, 2017, p. 20).

A pluralidade gramatical, termo utilizado por este autor, deve ser explorada pelos profissionais de letras, para que então a linguagem sirva como um elemento de inserção, e por que não dizer, de libertação.

## 2. CURRÍCULO, LÍNGUA E CONHECIMENTO

É sempre importante quando falamos sobre escola, conhecimento e ensino lançar um olhar sobre o currículo, tanto para a dimensão conceitual e estrutural do mesmo, quanto para aspectos mais específicos, como aquilo que o currículo aponta como saber essencial ao aluno ao sair da escola. Segundo Silva (2015), o currículo pode ser a materialização do que é essencial para o “modelo” de ser-humano que queremos formar, levando sempre em conta um determinado tipo de sociedade.

Ao longo dos anos, o currículo tomou diferentes formas voltando-se para interesses diversos. Interessa-nos o currículo inspirado pela Nova Sociologia da Educação (NSE), que teve como principal representante Michel Young. Conforme Silva (2015) esse novo programa ocupava-se com o desenvolvimento de uma sociologia do conhecimento. Em outras palavras, a principal preocupação desse movimento consistia na seleção cuidadosa dos conteúdos que seriam ensinados em detrimento ao que vinha ocorrendo: a ênfase em métodos e técnicas para organização do currículo. Nessa nova perspectiva, para a construção dos currículos deveriam partir de questões como

Como essa disciplina e não outra acabou entrando no currículo, como esse tópico e não outro, por que essa forma de organização e não outra, quais os valores e os interesses sociais envolvidos nesse processo seletivo. De forma mais geral e abstrata, a NSE busca investigar as conexões entre, de um lado, os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e, de outro, os princípios de distribuição de recursos econômicos e sociais mais amplos. (SILVA, 2015, p.67)

Percebe-se, assim, a centralidade que o conhecimento passa a ocupar na construção dos currículos, uma preocupação com o que conta como conhecimento, o modo como essa validação é construída. Há uma pergunta que se materializa diante dessa nova postura curricular: “O que os estudantes têm direito de aprender? Sem dúvida – sendo o esforço dessa escrita – a língua formal é um direito e aprendizado essencial de todos os alunos.



Nesse sentido, é possível fazer um movimento de atualização dos pressupostos reconceptualistas para chamar à baila a Base Nacional Curricular (BNCC), documento orientador dos currículos, e os encontros possíveis entre esse dispositivo e o que proponha o movimento. Antecipamos que há um afinamento muito salutar entre esses dois atores, a BNCC parece materializar uma orientação para currículo com um olhar voltado para o conhecimento, um conhecimento que se quer democrático, igualitário, redutor de desigualdades e formador de cidadania.

A recente BNCC – homologada em 2017 – traz em sua essência e finalidade orientações para que as instituições públicas construam seus currículos. Possui uma estrutura em que se evidencia a preocupação com o pensamento científico – uma vez que se constrói em cima de objetos do conhecimento -, e, além disso, tem como objetivo final a formação para a cidadania, abordando questões do âmbito da vida e da ação social.

Interessa-nos, ainda que de forma breve, explicitar como há na BNCC uma valorização da linguagem formal, da norma culta – certamente sem descuidar das demais variações linguísticas. O documento apresenta-se com competências específicas de cada área do conhecimento, no tocante à área de linguagens observa-se uma constante que diz respeito ao uso, compreensão e conhecimento da língua nos mais diversos contextos (BNCC, 2017). Cabe destacar também, que o dispositivo orientador se divide em campos de atuação – atuação na vida pública, artístico- literário, jornalístico-midiático e outros – nessa divisão apresenta-se o campo denominado “Todas as áreas de atuação” que diz respeito ao ensinamento das normas que compõe a linguagem formal, como o próprio nome antecipa, tal perspectiva engloba todos os outros campos. Nesse sentido, pode-se enfatizar a necessidade do ensinamento e valorização da língua formal.

### **3. A LÍNGUA FORMAL E O CONHECIMENTO PODEROSO**

É quase redundante a afirmação de que a escola é lugar privilegiado do conhecimento, sendo essa a principal diferenciação dessa para os demais lugares que também se propõe a educar. No entanto, é sempre importante reafirma tal assertiva, uma vez que, na contemporaneidade, são tantas as funções e atribuições delegadas à escola que o resgate daquilo que a justifica é sempre salutar.



Entendendo que a especificidade da escola está no conhecimento que ali é transmitido – sem medo do uso do termo – faz-se importante refletir sobre que tipo de conhecimento estamos falando. Uma primeira resposta seria a de que o ensino escolar deve seguir os conteúdos prescritos no currículo. Sendo assim, cabe a análise sobre a natureza desses conhecimentos, pois conforme Marques (1995, p. 38) é na educação formal que sujeito vai reconstruir e apropriar-se dos “conhecimentos socialmente compartilhados para recriá-los em novas aprendizagens”. Para esse objetivo, elegemos como principal referência os escritos de Michel Young, o qual defende um currículo que se ocupe com o conhecimento poderoso.

Para Young chegar à afirmativa final de que a escola é responsável pela construção do conhecimento poderoso, ele passa por questionamentos como “Quais são as atividades específicas da educação?”, “Por que nossos estudantes não aprendem?”, “Como o currículo pode contribuir para o enfrentamento da crise na educação?”. A partir dessas reflexões, e, não tendo resposta para todas, o teórico se propõe pensar e elaborar formas de minimização dos principais problemas enfrentados pela escola, que muitas vezes são deixados à margem, em detrimento a questões comportamentais e metodológicas.

Conforme anunciamos, Michel Young situa-se, no tocante às teorias do currículo, como um reconceptualista, percurso da Nova Sociologia da Educação. No entanto, mais tarde o autor revê alguns posicionamentos, não de forma radical, mas no intuito de ressaltar os entraves que tais posturas ocasionariam. Por exemplo, nas palavras do autor

Ao longo dos anos, gradualmente, escrevi alguns artigos sobre essa teoria do currículo como um conjunto de relações de poder. Aos poucos, percebi que, no fundo, ela não se apoiava numa boa noção de conhecimento. Tendia a ver o conhecimento como qualquer coisa. Dessa forma, as relações institucionais de poder, a burocracia, ou o que acontece em uma fábrica, ou numa família, tudo era considerado conhecimento. Mas percebi que essa talvez não fosse uma ideia muito adequada para definir o conhecimento, porque há um tipo de conhecimento que é produzido em qualquer sociedade, e que, na verdade, é o melhor que se desenvolveu para explicar o mundo. E há uma razão para que ele seja considerado melhor (YOUNG apud GALLIAN e LOUZANO, 2014, p. 1115)

Nessa revisão teórica feita por Young, não é descartada a hipótese de que o currículo em alguns pontos seja a possibilidade de legitimação de ideologias, crenças e perspectivas de uma maioria dominantes. Mas sim, uma vez ciente disso, possa se ultrapassar e perceber tal visão inviabilizaria a conceituação e a apropriação de conceitos essenciais para o estudante. É como abrir mão da autoridade legítima do professor, como detentor, por ora, do conhecimento.



A definição de conhecimento poderoso, segundo Young (2016), ocorre pela admissão de que existe um melhor conhecimento em todas as áreas, bem como que existem diferentes tipos de conhecimento. Significa, em primeiro lugar, que uma seleção é necessária, de modo a reconhecer o que é relevante ensinar na escola e o que cada componente oferece de melhor. No segundo, trata-se de fazer uma diferenciação entre saberes da experiência/cotidiano e saberes elaborados por comunidades de especialistas – sem julgo de valor entre os dois –, que devem fazer parte do currículo.

Sob o viés da perspectiva acima que se pode pensar a relevância do ensino da língua formal na escola, uma vez que ela faz parte daquilo que Young define como conhecimento poderoso. É a linguagem formal que permite ultrapassar experiências dependentes do contexto imediato do aluno, também é pela competência no uso dessa modalidade de linguagem que são possíveis elaborações conceituais genéricas e específicas.

Retomando a afirmação de que a criança não vai para a escola para aprender o que já sabe, tem-se um argumento forte para o oferecimento de todo o sistema linguístico possível de ser ensinado na escola. Justificativa também ancorada na elaboração de Young (2011) que sustenta a escola como espaço de diferenciação entre “lugares de experiência dos alunos” e “objetos de pensamento” conceituados nesse espaço, uma vez que esses processos envolvem movimentos diferentes de pensamento. O ensino da língua normativa materializa tal declaração, pois o estudante dificilmente fará o processo de internalização dessa modalidade em seu cotidiano ou contexto mais imediato, como num processo de osmose.

Por ter um currículo fundamentado no conhecimento teórico é que a escola se diferencia de outros espaços de aprendizagem. Deste modo, o professor tem papel central, visto que ele é responsável pela efetivação desse currículo. Logo, se o professor se abstém do ensino daquilo que é essencial para o aluno ao sair da escola, há um comprometimento não só no aprendizado do aluno, mas no ideal de humano e sociedade que se previu ao construir o percurso curricular de modo singular.

A preocupação com a democratização da linguagem é legítima na perspectiva tanto da universalização do conhecimento quanto na formação da cidadania. É possível, nesse sentido, fazer alusão aos autores belgas Masschelein e Simons (2017) quando afirmam que a escola tem o dever de transformar conhecimentos e habilidades em bens comuns, coletivos, nessa acepção está o sentido público da educação.





Há, sem dúvida, um enorme avanço, quando a escola atinge todas as camadas sociais, dando acesso ao conhecimento a todos, tornando realmente algo público. Desse modo, a língua formal imprime um sentido coletivo e unificador, no entanto, não basta que as crianças tenham contato, cabe ao ensino escolar a valorização da “língua da gramática” como possibilidade de autonomia. Significa que um indivíduo que reconhece os mecanismos linguísticos, e os opera de modo eficiente, aproxima-se cada vez mais de uma cidadania efetiva, guiada pela própria razão, em outras palavras, é o uso consciente e refletido da língua.

Além disso e com isso, o ensino da língua formal deve corresponder a uma prática social, capaz de promover a inclusão. Não se pode negar que a participação social, segundo Antunes (2003) se dá também, e de modo muito especial, pela “voz”, pela “atuação verbal”. Diante de tal tarefa, cabe à escola assumir a função de democratizar a linguagem, de encontrar caminhos que proporcionem ao aluno a leitura, compreensão e mudança do mundo, do contrário, cada vez mais essa tarefa é assumida por outras esferas como a mídia, as instituições religiosas e outras esferas com objetivos diversos e, muitas vezes, perversos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A finalização da escrita não tem efeito de fechamento, mas uma abertura para aquilo que possa ainda ser escrito. Entendemos, pela urgência do tema, que esse é apenas um aceno para adentrarmos a problemática, uma vez que muitas são as possibilidades para a extensão do tema, por exemplo, a explicitação sobre as formas que dispomos para o ensino da língua. No presente escrito, optamos por defender a importância do ensino da língua formal, sua democratização e valorização na construção da cidadania.

O conceito de conhecimento poderoso, cunhado por Michel Young, serviu-nos de base para nos firmarmos que a língua formal é o melhor dos conhecimentos e também se diferencia do conhecimento da experiência, isto é, algo novo é apresentado ao aluno, ultrapassando seu horizonte contextual. Resta ao professor, à escola, fazer com que o estudante perceba a potencialidade do que está posto e consiga, além da internalização dessa modalidade de linguagem, reconhecer a escola como espaço privilegiado e legítimo do saber.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



ANTUNES, Irandé. Aula de português: Encontro e interação. SP: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. Tradução de Leda Bec. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out/dez, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

MARQUES, Mario Osorio. **Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Editora Unijuí, 1995.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: Uma Proposta para o Ensino de Gramática – 14ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. \_\_\_\_\_ Gramática: Ensino Plural. [Livro Eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017

YOUNG, Michel. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.48, set-dez., 2011.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>> Acesso em 15 julho. 2021.

